



Número: **0812118-38.2018.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **09/06/2018**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANDRE GOIS DE OLIVEIRA (AUTOR)		JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21871343	12/11/2021 18:19	<a href="#">Sentença</a>	Sentença



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA**  
**Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830**

**PROCESSO Nº:** 0812118-38.2018.8.18.0140  
**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**ASSUNTO(S):** [Seguro]  
**AUTOR:** ANDRE GOIS DE OLIVEIRA

**REU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **SENTENÇA**

Tratam-se de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos por SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A em face da Sentença prolatada em Id 14386987, alegando existência de contradição, porquanto, consta do decism condenação ao pagamento de R\$ 8.437,50, corrigido monetariamente e acrescidos de juros. Contudo, alega que o laudo atestou a invalidez de tornozelo em 75%, cujo valor da indenização corresponde ao valor de R\$ 2.531,25.

Requer provimento dos presentes embargos para que seja corrigida a contradição apontada, a fim de que a embargante seja condenada a pagar tão somente a diferença do valor já pago administrativamente, que representa o valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Instada, a parte embargada apresentou petição se limitando a dizer que não tem nada a manifestar-se.

Brevemente relatados.

DECIDO.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

Cumpre-me aferir, inicialmente, a presença dos pressupostos de admissibilidade do presente recurso que, em se tratando de Embargos de Declaração, além dos requisitos subjetivos e objetivos comuns a todos os recursos, exige, segundo preleciona o Prof. HUMBERTO THEODORO JÚNIOR, in Curso de Direito Processual Civil. Vol. 1. p. 551, Rio de Janeiro. Ed. Forense, 2003, “a existência de obscuridade ou contradição na sentença ou no acórdão, ou omissão de algum ponto sobre que devia pronunciar-se o juiz ou tribunal”.

Constatada a presença dos pressupostos genéricos, passo ao exame dos grifados requisitos especiais de admissibilidade.

No presente caso, aduz a embargante a ocorrência de “contradição” na Sentença, uma vez que consta no r. decism a condenação da parte embargante ao pagamento de R\$ 8.437,50, corrigido monetariamente e acrescidos de juros. Contudo, alega que o laudo pericial atestou a invalidez de tornozelo em 75%, cujo valor da indenização corresponde ao valor de R\$ 2.531,25.

Quanto a quaestio posta sob apreciação deste Juízo, observo que o decism em alude, contém erro material no cálculo da verba indenizatória, razão pela qual há de se reconhecer a procedência dos aclaratórios, merecendo os devidos reparos o julgado ora embargado.



## **DISPOSITIVO**

Ante o exposto, preenchidos os requisitos de admissibilidade, CONHEÇO os presentes aclaratórios e DOU-LHES PROVIMENTO para RETIFICAR a Sentença de Id 14386987, relativamente ao seguinte parágrafo: “a) CONDENAR a requerida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT ao pagamento do valor de R\$ 8.437,50 (oito mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) para o requerente ANDRE GOIS DE OLIVEIRA, em razão da diferença não paga pela indenização securitária DPVAT, decorrente de acidente de trânsito”, de sorte a doravante constar:

a) CONDENAR a requerida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT ao pagamento do valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos) para o requerente ANDRE GOIS DE OLIVEIRA, em razão da diferença não paga pela indenização securitária DPVAT, decorrente de acidente de trânsito.

Mantêm-se inalterados os demais comandos do decisum.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Sem custas e sem honorários.

**TERESINA-PI, 11 de novembro de 2021.**

**Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

